

<https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.v41p53-76>

Tradução (e retradução) *ética* bermaniana, um debate que persiste

Berman's *ethical* translation (and retranslation), a persisting debate

Marcelo Rondinelli*

Resumo: Entre as valiosas contribuições do tradutor e teórico Antoine Berman (1942-1991) para os Estudos da Tradução – a julgar pelos desdobramentos de discussões que já duram três décadas – está, sem dúvida, o ensaio “La retraduction comme espace de la traduction” (1990). A vivacidade no debate desencadeado pelas concepções ali expostas se comprova em diversos pesquisadores, numa extensa trajetória. Publicam-se, entre os primeiros anos após o ensaio e a segunda década do séc. XXI, além de numerosos artigos em periódicos de relevo, volumes inteiros voltados à discussão do fenômeno da retradução literária estabelecendo em algum momento, quase invariavelmente, relação com ideias daquele ensaio seminal. Nem sempre remetem precisamente à concepção bermaniana de ética; é certo, porém – como se visa a demonstrar aqui –, que em muitos casos ela está subjacente e instiga novos desdobramentos teóricos.

Palavras-chave: Antoine Berman; Retradução literária; Ética

Abstract: Among the valuable contributions of the translator and theorist Antoine Berman (1942-1991) to the Translation Studies – judging by the consequences of discussions that have lasted for three decades – is undoubtedly the essay “La retraduction comme espace de la traduction” (1990). The liveliness in the debate triggered by the concepts exposed there is proven by several researchers, in an extensive trajectory. Many publications appeared between the first years after the essay and the second decade of the 21st century, in addition to numerous articles in major journals, entire volumes on the phenomenon of literary retranslation, establishing, at some point, almost invariably, a relationship with Berman's ideas of that seminal essay. They do not

* Professor Adjunto na Faculdade de Letras/UFMG, PósLit-Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários. E-mail: rondinellimarcelo@yahoo.com

always refer precisely to his conception of ethics; it certainly, however, in many cases it underlies and instigate new theoretical developments.

Keywords: Antoine Berman; Literary retranslation; Ethics

Introdução

Entre as valiosas contribuições do tradutor e teórico francês Antoine Berman (1942-1991) para os Estudos da Tradução – a julgar pelos desdobramentos de discussões que já duram três décadas – está, sem dúvida, o ensaio “La retraduction comme espace de la traduction”, escrito para a edição temática “Retraduire”, n.4, de 1990, da revista *Palimpsestes*, sob sua direção e de Paul Bensimon.

A vivacidade no debate desencadeado pelas concepções ali expostas é comprovada por diversos pesquisadores, numa extensa trajetória. Publicam-se, entre os primeiros anos após o ensaio e a segunda década do século XXI, além de numerosos artigos em periódicos de relevo (GAMBIER 1994; COLLOMBAT, 2004; BRISSET 2004; VENUTI 2004, entre outros), também volumes inteiros dedicados à discussão do fenômeno da retradução literária (MONTI e SCHNYDER 2011; AMARAL 2019, entre outros), estabelecendo em algum momento, quase invariavelmente, relação com as ideias do Berman daquele ensaio seminal.

Ainda que nem sempre remetam precisamente à concepção bermaniana de ética, veremos que em muitos casos ela parece estar subjacente e instigar novos desdobramentos (como o de CARDOZO 2018, entre outros).

O presente artigo visa a passar em revista amostra representativa de trabalhos estrangeiros e nacionais que versam sobre retradução literária a fim de verificar e refletir sobre como tratam (ou não) a faceta (ou “figura”) “ética” da tradução tal como a concebeu e propugnou Antoine Berman. Embora não a tenha abordado nomeadamente no referido ensaio, é evidente que nele o francês não abandonava suas reflexões recentes, com *La traduction et la lettre ou l’auberge du lointain* (1985), de *L’épreuve de l’étranger* (1984), bem como no material que resultaria no póstumo *Pour une critique des traductions: John Donne* (1995), onde aprofundaria sua teorização sobre as etapas do percurso

(re)tradutório (ou “modos-etapas do traduzir”) comparando quatro traduções da famosa elegia “[To his mistress] Going to bed” do poeta britânico sob os critérios de “posição tradutiva” dos tradutores, de seu “projeto” e “horizonte”, conforme comenta Gambier (2011), em sua crítica a Berman.

Tomando como pressuposto que o francês, ao voltar-se ao fenômeno da retradução, mantinha suas posições teóricas de apenas meia década antes, vislumbramos como uma baliza para discutir a concepção de ética bermaniana um trabalho de Barbara Godard (2003).

Pode causar certa estranheza inicial que no artigo da *Palimpsestes* Berman não tenha completado a tríade de “figuras” da tradução longamente predominantes em seu país – faltou a “platônica”. No final do ensaio, exalta a tradução da *Eneida* por Pierre Klossowski (de 1964), instauradora de uma nova “figura da tradução francesa”, encerrando longo ciclo de tradução etnocêntrica e hipertextual (BERMAN 1990: 7). É irrefutável que está defendendo, sem nomeá-las, as respostas “ética”, “poética” e “pensante” (para as condenáveis “etnocêntrica”, “hipertextual” e “platônica”), respectivamente.

Ao sustentar – no que se veio a designar como “hipótese da retradução” (CHESTER [2000] 2017) – que toda “grande” tradução é necessariamente uma retradução, tornada possível num chamado *kairós* histórico, momento favorável, privilegiado, de suspensão de resistências antitradutivas e até então causadoras de *défaillances* [falhas, insuficiências], da “incapacidade de ‘bem’ traduzir uma obra” (BERMAN 1990: 6), o francês certamente toca o âmbito da ética como conceito filosófico.

Recorre, para tanto, a uma formulação que merece especial atenção: fala em “‘bem’ traduzir”, com a substantivação do verbo denotando o ato segundo uma motivação. Esta última também aparece manifesta no que poucas linhas adiante nomeia *pulsion traduisante* [pulsão tradutora ou *traduzinte*], que dominaria o “grand traducteur”. E, se a opção pelo advérbio “bem” nos remete à chamada “analítica” bermaniana, também se pode inferir que esteja diretamente vinculada a uma proposta ética – ou, para repetir seus termos em *La traduction et la lettre* – a um “objetivo ético”, que, “por se propor acolher o Estrangeiro na sua corporeidade carnal, só pode estar ligado à *letra* da obra” (BERMAN 1990: 6).

Por uma definição de ética(s)

Convém assinalar de início que o emprego que Berman faz da noção de “ética” não é imune a questionamentos. O teórico Paulo Oliveira manifesta a necessidade de uma melhor reflexão sobre o próprio conceito e suas dimensões:

[N]ão é muito feliz a escolha da expressão “tradução ética” popularizada a partir da obra de Antoine Berman, significando aquela que valoriza a diferença, ou o reconhecimento do Outro – por mais que a abordagem em si tenha seus méritos, sobretudo em contextos de hegemonia ou assimetria cultural. (OLIVEIRA 2015: 76)

Embora recorra a uma dimensão da concepção de ética diversa da do francês, parece absolutamente pertinente sua formulação de logo adiante (p. 77):

Atitudes e decisões mobilizadas em processos tradutórios poderão até ser antiéticas, no sentido de violarem códigos específicos de conduta, mas nenhuma poderá ser não ética, sobretudo no sentido mais abstrato do termo. A ética é incontornável.

Para definir ética, o filósofo Otfried Höffe serve-se da etimologia, lembrando que *ta êthika*, na concepção de Aristóteles, fundador de tal disciplina da filosofia moral ocidental, designa as coisas concernentes ao *êthos*. Este, por sua vez, decompõe-se em três sentidos a serem tratados pela ética filosófica: o primeiro *ethos*, geográfico (que ele designa *Ethos 1*), é o espaço habitado da vida, que abarca tanto os animais quanto o homem, o qual, à diferença dos outros viventes, relativiza o *ethos* geográfico [...] por marcas culturais e pela individualidade. Assim, a natureza cede à cultura e culturas liberais cedem generosamente aos indivíduos um poder considerável. Tal poder

impõe então a questão de apreciação que convoca a ética à ação: quais das opções são boas, quais ruins?¹ (HÖFFE 2013: 10)

Decorrente de tais fatores (marcas culturais e vida individual), a ética humana divide-se, continua Höffe, em dois âmbitos complementares, porém eventualmente também conflitantes entre si: um *ethos* (*Ethos 2*) social (com e breve e correspondendo ao latim *mores*) e um *êthos* (*Ethos 3*) pessoal (com e longo). O filósofo alemão explicita, então, que a moral positiva (essencialmente representada pelos hábitos e costumes) designa o objeto de uma ética descritiva (da realidade); enquanto a moral crítica nomeia o objeto de uma ética normativa, que prescreve e justifica obrigações.

É notável que Berman tenha caracterizado a retradução como “espaço” da tradução. Podemos supor que concebia, assim, noção próxima à do *ethos* geográfico, por sua vez sob ação de dois outros, o pessoal e o social, todos afetados por um modo específico de tratar a tradução e, por conseguinte, a retradução. Atrelados (com sucesso ou não) a um compromisso com o Outro, os empenhos de retradução corresponderiam a uma sucessão (progressiva e “melhoradora” ou não) de atitudes, digamos, éticas.

Se considerarmos que a resposta à insuficiência inerente a (quase) todas as primeiras traduções, como sustenta Berman, só se dá com o passar do tempo, consolidada a abundância (*copia*), podemos inferir que a(s) retradução(ões) sucessiva(s) corresponderia(m) a re-acolhimento(s) do Estrangeiro na Letra viva da obra.

Em artigo que rediscute a concepção bermaniana de retradução sob o “princípio da abundância”, Simone Petry defende que “a grande tradução é, digamos, *maior* que as suas segundas traduções, todas as retraduições delas existentes, mas não *melhor* do que elas, pois não há exatamente uma hierarquia” (PETRY 2015: 173). Remete a “L’accentuation et le principe d’abondance en traduction”, de Berman em 1991, que trata da necessidade de um equilíbrio entre o “princípio da abundância” e o “princípio da tradução

¹ “relativiert das geographische Ethos auch durch zwei neue Faktoren, durch kulturelle Prägungen und durch Individualität. So überläßt die Natur der Kultur und überlassen liberale Kulturen den Individuen großzügig eine erhebliche Macht. Genau sie drängt nun die Bewertungsfrage auf, die die Ethik auf den Plan ruft: Welche der Möglichkeiten sind gut, welche schlecht?”

literal” para a grande tradução (lembramos: sempre retradução, segundo o francês), desencadeador de um “texto enriquecido, plenamente realizado” (PETRY 2015: 178). Vale notar como tal contribuição teórica recoloca o problema do “espaço” que vemos vinculado ao da “ética”: a retradução sugere reabertura do imperativo ético sobre um *espaço* renovado - porque ampliado, abundante.

O debate instaurado

As reações ao texto seminal de Berman de 1990 não tardaram a surgir. Em 1994, Yves Gambier já o tomava como ponto de partida para reflexões em “La retraduction: retour e détour”. Imaginando um *continuum* quantitativo para classificar as transformações sobre um texto traduzido que teria em seus extremos a “revisão” (menos modificações) e a “adaptação” (mais modificações), Gambier situa o fenômeno da retradução quanto a sua contingência temporal em algum ponto entre esses extremos.

Adiante, critica a concepção do retorno à fonte, na medida em que suporia estar o sentido do texto de partida ali depositado inalterável, numa visão logocêntrica do texto e de imanência do sentido. Observa, exemplificando com um projeto francês de retradução de Freud, que os (re)tradutores teriam acreditado poder oferecer uma leitura “não ideológica, não cultural” de um sentido pretensamente estável, após interpretações iniciais dominadas por uma “cegueira” (GAMBIER 1994: 414).

Gambier destaca tal aproximação, culturalmente marcada, como só possível por já haver ocorrido uma primeira tradução. É presumível nesse ponto um empenho “ético” tornado *necessário* aos retradutores, na medida em que “ideologia” surge sob acepção negativa, de manipulação à qual cumpre reagir com uma “verdade”. (Não nos é possível, porém e infelizmente, discutir neste âmbito implicações teóricas do confronto entre as noções de “ética” e “ideologia”.)

Afirma ele: “A retradução é um retorno desviado, indireto: não se pode tentar uma tradução outra senão após um período de assimilação que permite julgar como inaceitável o primeiro trabalho de transferência” (GAMBIER, 1994,

p. 415)². Observe-se que a escolha da expressão “juger comme inacceptable”, pressupondo certa prescrição de norma, remete à discussão de moral (ou morais), objeto(s) de qualquer ética. Estendendo-os à concepção bermaniana, poderíamos concluir que a(s) primeira(s) tradução(ões) estaria(m) condicionadas a um desvio de caminho, percurso a ser *accompli* [cumprido, completado, realizado com sucesso] no espaço e no tempo.

Adiante, lemos: “Se há retorno, é pelo retorno da primeira tradução, ela própria frequentemente obra de desvio. A retradução liberta as formas escravizadas, restitui a significância, abre às especificidades originais, fazendo trabalhar a língua tradutora” (GAMBIER 1994: 415)³. Termos como *asservies* e *travailler* aludem a vocabulário da socioeconomia, engendrados por um ato ao mesmo tempo ético e político (de *delier*, “desatar”, “libertar”).

É importante adiantar que Gambier voltará a teorizar sobre retradução em 2011, onde exercerá uma crítica mais acentuada sobre Berman, chamando de “simplista” sua “hipótese da retradução”, reveladora de uma perspectiva teleológica fundada num entendimento “evolucionista” da história como progressão linear (GAMBIER 2011: 57).

Andrew Chesterman alude ao ensaio de Berman de 1990 para formular “interpretive hypotheses” ([2000]2017: 123-135), depois reduzidas a uma, a “Retranslation Hypothesis” segundo a qual a primeira tradução havia de ser sempre assimiladora à língua e cultura de chegada e distante da Letra do texto fonte; que só em iniciativa(s) posteriores seria possível chegar à retradução *accompli*, “grande” tradução.

Anos mais tarde o mesmo estudioso trata bem superficialmente da chamada “analítica” de Berman e suas “tendências deformadoras”. Classifica três “rotas” para o estudo abrangente de traduções para além dos casos particulares: prescritiva, pejorativa [sic], descritiva. O francês estaria vinculado à “rota pejorativa”, cujos teóricos tratariam todas as traduções como

² “La retraduction est un retour dévoyé, indirect: on ne peut tenter une traduction autre qu’après une période d’assimilation qui permet de juger comme inacceptable le premier travail de transfert.”

³ “S’il y a retour, c’est par le retour de la première traduction, elle-même souvent ouvrage de détournement. La retraduction delies les formes asservies, restitue la signifiante, ouvre aux spécificités originelles, tout en faisant travailler la langue traduisante”.

deficientes sob algum aspecto. Chesterman nomeia tropos tradicionais como “perda” e traição”, que relegariam traduções à condição de meros textos secundários, “necessariamente não fiéis ou não belos” ([2004]2017: 256). Sem discutir as “tendências deformadoras” concebidas por Berman, antecede-as em termos bastante redutores e discutíveis:

Ao longo dessa trilha pejorativa, encontramos centenas de postulados sobre o efeito de que os tradutores são condenados à eterna falha, que são objetos de escárnio ou riso. A literatura fornece abundantes fragilidades típicas de tradução em listas de críticos. Um dos mais recentes exemplos é representado por Antoine Berman, com relação à tradução literária: em poucas palavras, ele alega que são livres demais.⁴ (CHESTERMAN [2004] 2017: 257)

Convém notar que, logo adiante (p. 259), o teórico britânico trata da concepção bermaniana de ética. Novamente muito sucinto, reconhece, porém, a contribuição daqueles que, como o francês, põem em primeiro plano temas como etnocentrismo e, mais genericamente, a representação do Outro. Isso nos ajuda a vislumbrar o contexto filosófico mais amplo no qual a tradução se situa, e alimentou bastante pesquisa sobre ética na tradução.⁵

Com “Le XXI^e siècle : l’ âge de la retraduction”, Isabelle Collombat relata a efervescência das iniciativas de retradução do início do novo século ao mesmo tempo em que discute o tema do envelhecimento – de original e (re)tradução.

Chama a atenção que sublinhe sistematicamente, com boa revisão bibliográfica do debate suscitado após 1990, o dado de ser a retradução um fenômeno historicamente marcado. Conclui, com André Topia, que “toda grande obra permanece perpetuamente aberta a mutações posteriores”, diferentemente do que se dá com a tradução, defendendo a manutenção do

⁴ “Along this pejorative path, we find hundreds of statements to the effect that translators are doomed to eternal failure, they are objects of scorn or laughter. The literature abounds in critics’ lists of typical translation weaknesses. One of the most recent examples is represented by Antoine Berman, with respect to literary translation: in brief, he claims that these are typically too free. Here is his list of the ‘deforming tendencies’ of literary translation”.

⁵ “foreground issues concerning ethnocentrism and more generally the representation of the Other. This helps us to see the wider philosophical context in which translation takes place, and has fuelled quite a bit of later research on translation ethics”.

“‘movimento perpétuo’ que deveria animar a empreitada de retradução”⁶ (COLLOMBAT 2004: 4).

Antes de passar à discussão da noção bermaniana das “grandes traductions”, ressalta (p. 5) parâmetros ideológicos também catalisadores de “envelhecimento” de uma tradução – que, ao longo do tempo, pode se revelar reacionária, por exemplo, pelo apagamento de ambiguidades do texto de partida.

Então, não obstante lembrar os importantes traços atribuídos pelo francês à “grande tradução” – de que se torna um “evento” na língua de chegada e constitui um “precedente incontornável em toda empreitada de tradução ulterior” (BERMAN 1990: 2-3) –, Isabelle Collombat não avança sobre a concepção ética bermaniana. A reflexão sobre o caráter histórico-ideologicamente marcado de toda retradução parece-nos que a permitiria.

Já Annie Brisset, antes de se lançar a uma revisão de categorias cognitivas (bermanianas) para descrever o fenômeno da retradução, propõe o questionamento metacrítico dos “paradigmas que em lugares diversos e em diferentes momentos da história organizam o próprio pensamento do valor de uma tradução dita grande, verdadeira, igual, inferior ou superior às precedentes”⁷ (BRISSET 2004: 40). Criticando os Estudos Descritivos da Tradução sob Gideon Toury e a chamada Manipulation School em torno de Theo Hermans – segundo ela, derivadas do formalismo –, sustenta que não constituiriam um método histórico e que, conseqüentemente, seus teóricos teriam suspenso a aludida reflexão metacrítica.

Ainda referindo-se a Hermans, declara:

O paradoxo é que, ao se abrir para a questão da ética, essa reflexão se alarga às dimensões do pós-colonialismo a fim de reatualizar uma visão da tradução e de sua crítica onde desta vez é a *bien-pensance* (o ‘politicamente correto’) que serve para fixar a nova norma, a norma reparadora, da ‘boa’ (re)tradução.⁸

⁶ “toute grande œuvre reste perpétuellement ouverte à des mutations postérieures, contrairement à la traduction”; “le ‘mouvement perpétuel’ qui devra animer l’entreprise de retraduction”.

⁷ “paradigmes qui, em divers lieux et à différents moments de l’histoire, organisent la pensée même de la valeur d’une traduction dite grande, vraie, égale, inférieure ou supérieure à celles qui précèdent”.

⁸ “Le paradoxe est qu’en débouchant sur la question de l’éthique, cette réflexion élargie aux dimensions du post-colonialisme a fin par réactualiser une vision de la traduction et de sa

Em seguida (p. 42), Brisset reage à noção de *défaillance originelle* bermaniana, para ela expressão de “teologias e teleologias”: a crença num processo evolutivo a ser cumprido pelas sucessivas retraduições, percurso rumo à glória eterna alcançável apenas no advento da “grande” tradução. A tais concepções a teórica contrapõe, entre outras, a visão foucaultiana dos “limites da representação” característicos da modernidade e, após retomar o Derrida de “Des tours de Babel”, escreve:

Seu desvio em torno de Babel, o mito fundador da tradução, não é fortuito. A incompletude caracteriza a (re)tradução porque é própria de toda construção, de toda representação no sentido que o termo assumiu em nossa modernidade, o de uma totalização.⁹ (BRISSET 2004: 44)

É notável nessa passagem o prefixo de “(re)tradução” entre parênteses. Brisset indica não crer em completude sequer na retradução, no trajeto que, para Berman – ideal e teleologicamente – culminaria, se não em *achèvement*, por certo em (seu sinônimo) *accomplissement* (BERMAN 1990: 1), como vimos acima, traduzível como “sucesso”, “realização”, mas também “cumprimento”.

Vale observar que *accomplissement* é termo comumente associado a *devoir* [dever], como atesta a acepção I.2 do substantivo no *Grand Larousse*: “Executar o que se deve fazer por ofício, por ordem ou por obrigação moral”¹⁰ (GRAND LAROUSSE 1989: 32) – integrante do âmbito da Ética (em) geral. Culminação de uma sequência de (tradução e) retraduições, corresponderia a uma, digamos, recompensa pelo empenho de “prova” (ou “experiência”) do Estrangeiro defendido por Berman, de que Brisset, apoiada em outros teóricos demonstra duvidar.

Em capítulo dedicado à discussão da retradução, Lawrence Venuti começa por considerá-la, na interpretação que inscreve sobre um texto anterior, um caso especial de criação de valores “duplamente comprometidos

critique où cette fois la bien-pensance (le ‘politiquement correct’) sert à fixer la norme nouvelle, la norme réparatrice, de la ‘bonne’ (re)traduction.”

⁹ “Son déploiement autour de Babel, le mythe fondateur de la traduction, n’est pas fortuit. L’inachèvement caractérise la (re)traduction parce qu’il est le propre de toute construction, de toute représentation au sens que ce terme a pris dans notre modernité, celui d’une totalisation.”

¹⁰ “Exécuter ce que l’on doit faire par métier, par ordre ou par obligation morale”.

com a situação de recepção, determinados não apenas pelos valores do receptor os quais o tradutor inscreve no texto fonte, mas também pelos valores inscritos numa versão prévia”¹¹. (VENUTI 2004: 96).

Notem-se termos como *bound* [obrigado, comprometido] e *values* [valores], que mais uma vez marcam a preocupação do teórico americano com questões de ética. Venuti sublinha o estabelecimento de “diferenças” que moverão o(s) (re)tradutor(es), a começar pela escolha do texto fonte (considerada até a hipótese de que desconheça traduções anteriores) e das estratégias para inscrever sua interpretação divergente. Continua ele:

A escolha do texto para retradução se baseia numa interpretação que difere daquela inscrita numa versão prévia, a qual é apresentada como não mais aceitável, por passar a ser julgada como insuficiente, porventura errônea, carente de correção linguística. A retradução pode se assumir com a reivindicação de ser mais adequada ao texto fonte no todo ou em parte, o que quer dizer ser mais completa ou precisa na representação do texto em alguma de suas características específicas.¹² (VENUTI 2004: 97)

Termos como “insuficiência”, “errônea”, “carente” aproximam-no da noção de *défaillance* bermaniana. Já “adequada” remete-nos não só a teorias funcionalistas da tradução, mas também à abordagem descritivista de Gideon Toury (2012: 69-70). Ao falar de “valor” em uma tradução, o israelense refere-se a “ferramentas” de um *kit* de que o tradutor deve dispor, respeitando a princípios que, segundo ele, vêm sendo cunhados como *acceptability* e *adequacy*. Toury objeta que, por eles em geral apresentarem certa incompatibilidade, devem estar regidos por uma espécie de *ad hoc compromise*.

O próprio Venuti ressalva que o “valor” buscado por uma iniciativa retradutória pode estar regido por interesses editoriais-comerciais. Além disso, relativiza a certeza de que o (re)tradutor esteja sempre consciente das

¹¹ “doubly bound to the receiving situation, determined not only by the receptor values which the translator inscribes in the source text, but also by the values inscribed in a previous version”.

¹² “the choice of the text for retranslation is premised on an interpretation that differs from that inscribed in a previous version, which is shown to be no longer acceptable because it has come to be judged as insufficient in some sense, perhaps erroneous, lacking linguistic correctness. The retranslation may claim to be more adequate to the source text in whole or in part, which is to say more complete or accurate in representing the text in some specific feature of it.”

mudanças que está imprimindo (ou valores que está criando), com algumas decisões tomadas automaticamente ou pela impossibilidade de antecipar todos os efeitos (sociais) causados, estes ética e politicamente questionáveis (2004: 99-100).

Assim, o americano aborda a ética em tradução e retradução sob uma perspectiva sobretudo utilitária. Conclui, porém, sua reflexão em termos que o reaproximam da abordagem bermaniana, quando postula que “retraduzir é confrontar de novo e com mais urgência a responsabilidade ética do tradutor para prevenir a língua e cultura tradutora contra o apagamento das diferenças linguísticas e culturais do texto fonte, sua estrangeiridade.” E ainda afirma: “É somente por meio da inscrição que um tradutor pode esperar fazer uma diferença linguística e cultural que sinalize o estrangeiro em casa” (VENUTI 2004: 107-108)¹³.

Um “absoluto ético”

Destacando que Berman teria designado a relação com o Outro como a estrutura fundamental da subjetividade tradutora, Barbara Godard afirma que ele teria “alçado o questionamento do próprio à altura de um *absoluto ético*” [grifo nosso] (GODARD 2003: 49). Daí não parecer despropositado inferir que o esforço retradutório (por conseguinte muitas vezes constituindo a própria resposta à recorrente pergunta teoria do “por que se retraduz?”) corresponderia a tal “absoluto ético” de *requestionamento* do próprio.

Pouco adiante, para falar de uma *virage éthique* promovida a partir de 1984 com a publicação de *L'Épreuve de l'étranger*, Godard nos lembra da oposição de Berman às “más” traduções etnocêntricas, lembrando ser “a

¹³ “To retranslate is to confront anew and more urgently the translator’s ethical responsibility to prevent the translating language and culture from effacing the linguistic and cultural differences of the source text, its Retranslations: the creation of value foreignness.”; “It is only through the inscription that a translator can hope to make a linguistic and cultural difference that signals the foreign at home.”

essência da tradução (...) abertura, diálogo, mestiçagem, descentramento. Ela é estabelecimento de relação ou não é nada”. (BERMAN *apud* GODARD 2003: 55).

E retoma Lawrence Venuti, que Barbara Godard aborda por *The Scandals of Translation – Towards an ethics of difference* (1998), obra que discute a ética da tradução avalizada pelo nome do tradutor e teórico francês. Para ela, Venuti atesta a contribuição daquele no “repensar a tradução não mais como um ato de assimilação, mas como um reconhecimento da diferença interlinguística e intercultural” e apresenta mais exemplos do trabalho da *étrangeté* em tradução. (GODARD 2003: 55-56)

Godard recordará ainda que, para Venuti, “todo projeto de tradução é etnocêntrico, uma vez que a própria seleção do texto a se traduzir se faz em função dos gostos da cultura de recepção pela qual a tradução tem o papel de tornar inteligível o texto estrangeiro” (GODARD 2003: 72)¹⁴. Estaria na tradução ética a possibilidade de manifestar relações entre línguas e culturas sempre assimétricas, bem como a ética concebida “no antagonismo das desigualdades sócio-históricas, e não mais segundo a unidade de espírito afirmada no tornar-se de uma língua” (p. 72)¹⁵.

Desse modo, observa ainda a pesquisadora canadense, Venuti defende como “boa” tradução aquela que seja “desmistificante” e “minorizante”, reveladora da “autonomia da cultura estrangeira oculta sob o processo assimilador”. Isso só seria possível por meio de uma “ética da diferença” que “expõe e até transforma os valores e as práticas discursivas para perturbar assim a reprodução automática das instituições da cultura de chegada e interromper a formação identitária” (GODARD 2003: 73)¹⁶.

Se pensarmos em empreitadas retradutórias como iniciativas que, sejam ou não concebidas em hierarquia num processo teleologicamente apontado para uma versão “boa”, “verdadeira” ou “ética/poética/pensante” (grande

¹⁴ “tout projet de traduction est ethnocentrique, car même la sélection d’un texte à traduire se fait en fonction des goûts de la culture d’accueil pour laquelle la traduction a pour rôle de rendre intelligible le texte étranger”.

¹⁵ “dans l’antagonisme des inégalités sociohistoriques et non plus selon l’unité de l’esprit affirmée dans le devenir d’une langue”.

¹⁶ “expose et même transforme les valeurs et les pratiques discursives pour déranger ainsi la reproduction automatique des institutions de la culture d’accueil et interrompre la formation identitaire”.

tradução sob o signo do *kairós* e da abundância), podemos concluir que, em termos *venutianos*, a (grande) retradução, na medida em que pressuporia um sujeito transformador, agiria, portanto, em favor da ética da diferença.

Outro teórico que Barbara Godard nomeia como estudioso de Berman e sua noção de ética é Anthony Pym. Ela salienta que o americano, com sua “ética aplicada”, ou “ética profissional” do tradutor, encara a tradução como “transação econômica” (GODARD 2004: 56-58). E, chamando a abordagem de Pym de uma “utilitária e instrumentalista” tradútica, faz corresponder, precisamente àquele âmbito de investigação ao qual Berman reagiu contrapondo uma proposta de “tradutologia como saber”. Depois, sentencia:

Com o empirismo de uma situação concreta e a avaliação de interesses econômicos do tradutor, estamos longe de Berman. Dois modelos de economia se erigem: um visando a realização de mais-valias num mercado de trocas por um sujeito autônomo e idealista, o outro visando a responder (tornar-se responsável) por uma pesada dívida, uma obrigação absoluta em relação ao outro desconhecido – uma “revelação”. (GODARD 2004: 57)¹⁷

Relendo Berman, apontará Godard o que entende por paradoxos da tradutologia defendida pelo teórico, para concluir que sua “visada ética” da tradução não seria uma “ética da diferença” (como a proposta por Venuti) e que cultura, para Berman, não significa a cultura no sentido etnográfico de uma multiplicidade de práticas significantes das etnias diversas e suas relações interdiscursivas, mas cultura enquanto irradiação do espírito sobre a expansão de seu percurso de desenvolvimento ou de autoformação para se destacar da natureza por sua poética [...] Berman, em suma, não se interessa pelo Outro enquanto Outro em sua descontinuidade histórica, nem pelo Outro enquanto radicalmente Outro e heterogêneo como Levinas, mas pelo Outro do Mesmo, o Outro absorvido pelo Mesmo em seu devir ou *Bildung*, o movimento circular da

¹⁷ “Avec l’empirisme d’une situation concrète et l’évaluation des intérêts économiques du traducteur, on est loin de Berman. Deux modèles d’économie s’érigent: l’un visant la réalisation des plus-values dans un marché d’échanges par un sujet autonome et idéaliste, l’autre visant à répondre (devenir responsable) d’une lourde dette, une obligation absolue envers l’autre inconnu – une ‘révélation’.”

“passagem pelo estrangeiro para chegar ao próprio” que ele mesmo tanto havia criticado. (GODARD 2004: 64)¹⁸

Godard contrapõe Berman também a Henri Meschonnic (o qual “investiga uma teoria de conjunto que leve em conta não somente a lógica interna da linguagem, e sim uma lógica complexa que englobe as relações entre a língua e o sujeito que se inventa na linguagem”; p. 66), depois a Friedrich Nietzsche e Gayatri Spivak (“num gesto anti-imperialista em favor de uma ética da particularidade atenta à singularidade das formas culturais e à alteridade radical do outro”; p. 74) para defender concepções que superam a defesa de uma ética da tradução em favor de uma “política da tradução”.

Parece-nos igualmente plausível ampliar tal perspectiva para a discussão do fenômeno da retradução, na medida em que não só Spivak, mas outros teóricos “anti-imperialistas” (incluindo tradutoras feministas do Québec, como Louise von Flotow e a própria Barbara Godard, mas também outras e outros em países ditos “periféricos” como Brasil, Turquia, Finlândia, etc.), questionaram traduções assimiladoras. E, ainda que alguns não tenham teorizado diretamente sobre retradução, nem dialogado com os enunciados de Antoine Berman, é inegável que acabaram oferecendo subsídios para o debate em torno do fenômeno.

Siobhan Brownlie recorda apenas brevemente o ensaio de 1990 da *Palimpsestes* e relaciona o que chama de teoria da retradução a uma teoria da narrativa. Baseia-se numa teoria da narrativa de Martin Mcquillan (2000) – por sua vez influenciado pelas ideias de Derrida e Foucault –, para esboçar uma “teoria pós-estruturalista da retradução”.

Sustenta ela que “toda narrativização é necessariamente a renarrativização de outra narrativa. Cada nova narrativa ao mesmo tempo dá continuidade e cancela material narrativo de um item prévio da cadeia”

¹⁸ “culture pour Berman ne signifie pas la culture au sens ethnographique d’une multiplicité de pratiques signifiantes des ethnies diverses et de leurs rapports interdiscursifs, mais la culture en tant que rayonnement de l’esprit dans l’essor de son trajet de développement ou d’autoformation pour se détacher de la nature par la poétique [...] Berman, en somme, ne s’intéresse pas à l’Autre en tant qu’Autre dans toute sa discontinuité historique, ni à l’Autre en tant que radicalement Autre et hétérogène comme Levinas, mais à l’Autre du Même, l’Autre absorbé par le Même dans son devenir ou *Bildung*, ce mouvement circulaire du ‘passage par l’étranger pour accéder au propre’ qu’il avait lui-même tant critique”.

(BROWNLIE 2006: 155)¹⁹. Daí deriva sua teoria pós-estruturalista para a retradução.

Apresentando um estudo de caso sobre cinco traduções britânicas de *Nana*, de Emile Zola, realizadas entre 1884 e 1992, ela desenvolve sua reflexão sob os tópicos “Ideologias em transformação”, “Normas literárias linguísticas e tradutórias em transformação”, “Reinterpretação”, “Heterogeneidade e individualidade” e “‘História básica’, aperfeiçoamento, hipótese da retradução”.

É no último que Brownlie retoma Berman. Para ela, os excertos das traduções expostos permitem ao leitor concluir quanto à possibilidade de extrair uma “história básica” para o texto original de *Nana*, se bem que bastante genérico, não significando, de todo modo, uma estrutura inerente, e sim passível de construção pelos seus leitores segundo propósitos, tais como formular um resumo da trama do romance e as traduções deste (BROWNLIE 2006: 166). Brownlie reconhece que, com relação a um aperfeiçoamento, Berman preferiria as últimas traduções do referido romance, mais orientadas para a fonte que a primeira da série. Entretanto, contrapõe ela, o conjunto de traduções não indicaria um movimento no sentido da produção de uma tradução canônica, tampouco a possibilidade de aperfeiçoamento.

Em seguida, avalia que a “hipótese da retradução” não se sustenta; prefere considerar retraduições como versões narrativas evocadas ou limitadas por condições específicas que compreendem amplas forças sociais: ideologias e normas (linguísticas, literárias e tradutórias) em transformação. Ou ainda outras mais específicas, ligadas ao contexto particular de produção, preferências, idiossincrasias e escolhas do tradutor (BROWNLIE 2006: 167).

Assim, Brownlie não recoloca nomeadamente em discussão a concepção de tradução ética bermaniana; contudo, na defesa de uma teoria narrativa própria para o entendimento do fenômeno da retradução, chega a conclusões que não a invalidam, além de reconhecer a importância da reação ao etnocentrismo:

¹⁹ “any narrativisation is necessarily a renarrativisation of another narrative. Each new narrative both carries on and cancels out narrative material from the previous item in the narrative chain”.

uma retradução pode ser permeada por aspectos de outras (re)traduções, incluindo normas e expressões predominantes em outro período de tempo ou outro contexto, e isto é outro fator que cria heterogeneidade. Assim como, ao expressar relações de poder em uma sociedade (p. ex., a influência da poderosa classe média britânica), a matriz narrativa e o subconjunto de retraduições têm sua própria lógica e poder de operação (como exemplifica a contínua produção de retraduições). (BROWNLIE 2006: 167)

Uma nova década de debates

Isabelle Desmidt trata a retradução sob a designação de re-reescrita, *re-rewriting* (considerando qualquer tradução uma *rewriting*). Para questionar a validade da “hipótese da retradução”, sustenta que retraduições são “expoentes da relatividade histórica da tradução” e sublinha a importância das normas que ditam a uma comunidade que procedimentos deverão ser privilegiados, à semelhança do que ocorre no regramento de toda a vida social. Desmidt designa retraduições “novas traduções de textos traduzidos anteriormente”, não especificando a língua/cultura de chegada.

Em seguida, afirma:

Retraduições resultam do desejo de preencher os requisitos da cultura receptora, requisitos que obviamente não foram (não mais ou não integralmente) preenchidos pela(s) tradução(ões) existente(s). Como culturas estão em contínua transformação, toda geração pode ter uma diferente visão do que seja uma boa — isto é, funcional — tradução e pode exigir a criação de uma nova tradução. (DESMIDT 2009: 670)²⁰

Nota-se que, nesse início de exposição, a teórica ainda não se refere a Berman. Diferentemente, aproxima-se de concepções da Escola da Manipulação (com Theo Hermans e outros), pelo modo como trata de “normas” e coerções

²⁰ “Retranslations result from the wish to meet the requirements of the receiving culture, requirements that are obviously not (no longer or not entirely) met by the existing translation(s). As cultures continuously change, every generation may take a different view on what is a good, i.e., functional, translation and may ask for the creation of a new translation.”

sócio-históricas. Não associa o cumprimento destas a um compromisso nomeadamente “ético”, qualquer que seja.

Merece alguma atenção ainda a formulação “desejo de preencher os requisitos da cultura receptora”. Ora, nesses termos, não estaríamos longe de uma tradução absolutamente assimiladora, domesticadora, etnocêntrica. Além disso, a maneira como iguala “boa” e “funcional” parece embaralhar diferentes abordagens teóricas, privilegiando a de filiação germanófono (sobretudo) da translatoologia funcionalista.

Ao referir-se às contribuições do artigo de 1990 da *Palimpsestes*, Desmidt deixa Antoine Berman em segundo plano, preferindo destacar a definição da “hipótese” ali oferecida por Paul Bensimon, ou Liliane Rodriguez quanto às dificuldades frequentes para a distinção entre “adaptação”, “revisão” e “retradução” (DESMIDT 2009: 673).

Trabalhando sobre o conceito de *(re)rewriting*, apresenta seu estudo de caso, a comparação de 52 traduções alemãs e 18 holandesas do clássico da literatura infantil sueca *Niels Holgersson's underbara resa genom Sverige* [A maravilhosa viagem de Nils Holgersson através da Suécia], de Selma Lagerlöf (1907).

Na exposição dos resultados de seu exaustivo cotejo, Desmidt repete (p. 677), sem problematizar, afirmações quanto a certa observada ou não “fidelidade ao original sueco”. Poucas linhas adiante, substitui a noção de *fidelity* pela de *allegiance*. E formula o seguinte postulado:

O texto fonte primário impõe restrições, i.e., normas, sobre o processo de (re)reescrita, especialmente a norma da obediência ao original, mas isso é o mesmo que faz cada um dos outros sistemas envolvidos, e suas normas podem colidir com a norma da lealdade.²¹

Impossível não notar o vocábulo *allegiance* [aqui traduzido como “lealdade”], que na acepção original no inglês inclui um sentido de “vassalagem”. Também concebível como “obediência”, o termo não tão

²¹ “The primary source text itself imposes constraints, i.e., norms, on the (re)rewriting process, especially the norm of allegiance to the original, but so does each of the other systems involved and their norms may clash with the norm of allegiance.”

corrente nos Estudos da Tradução aparece em Tymoczko num contexto em que a teórica discute ética sob perspectiva pragmática-profissional (mais uma vez, a “tradútica”...) e afirma que

[a] melhor maneira de garantir a lealdade [*allegiance*] de tradutores é minar a independência de seu julgamento ético e ideológico, mantê-los inscritos dentro de lealdades politizadas dominantes e apagar tal inscrição no exato início de suas carreiras”²². (TYMOCZKO 2010: 321)

Desmidt aponta, entre as “normas” que confrontariam a da lealdade ao original no caso estudado, uma pedagógica, em que re-reescritas (retraduções) almejavam maior legibilidade, ainda que mediante supressões substanciais de texto, e outra econômica, em que buscariam redução de custos editoriais.

A teórica belga conclui não ter observado, nas retraduições mais recentes, tendência geral de maior orientação ao texto fonte. Recorre, porém, mais uma vez a certa noção de fidelidade (“as versões recentes não se revelaram consideravelmente mais fiéis ao original que as primeiras”) [“the recent versions did not turn out to be considerably more truthful to the original than earlier versions”] (DESMIDT 2009: 679) e, com isso, afasta-se da discussão teórica de Antoine Berman pós-*Palimpsestes*.

Outra contribuição valiosa ao debate mais recente em torno da retradução é a de Jean-René LADMIRAL, com a célebre afirmação de que “não é a tradução que envelhece, mas nossa relação com ela, o modo como a lemos” (LADMIRAL 2011: 31).

Ocupando-se com a questão que lhe parece fundamental – “por que se retraduz?” –, enumera respostas. Começa pela insatisfação com a(s) tradução(ões) existente(s), motivadora(s) de uma “tradução-contra” [*traduction-contre*] (LADMIRAL 2011: 36). Mas observa que uma retradução também pode se dar em virtude de uma identificação positiva com tradutores precedentes.

²² “The best way to ensure the allegiance of translators is to undermine their independent ethical and ideological judgment, to keep them inscribed within dominant politicized loyalties, and to efface this inscription at the very inception of their careers.”

Adiante, Ladmira! defende que as “grandes traduções” não têm necessidade de ser retraduzidas, desencorajando qualquer empreitada retradutória. E, citando Berman, repete a resposta corrente ao porquê do retraduzir, a razão mais *objetiva* do envelhecimento das traduções. Em seguida, pondera que as próprias obras originais envelhecem, o que, porém, é conotado positivamente, como a aquisição de certa “pátina do tempo”, que lhes conferiria “a beleza das coisas passadas” (LADMIRAL 2011: 42), permitindo aos teóricos perguntar-se se restaria alguma diferença entre a obra original e uma grande tradução.

Ladmira! prefere deixar de lado a discussão que opõe *sourcières* e *ciblistes* [traduções visando à fonte vs. traduções mirando a língua/cultura alvo, respectivamente], que teria ocupado Berman, Meschonnic e Bensimon, para sublinhar o papel de “transgressão de tabu” representado pela retradução de traduções canônicas (LADMIRAL 2011: 45). Infelizmente, ele não se estende na discussão deste último ponto, que guarda relação com o problema do envelhecimento e, em última instância, de uma ética.

Mais recentemente, numa reflexão sobre envelhecimento em tradução, Mauricio Cardozo prefere não retornar a Berman e à discussão específica sobre retradução, mas acrescenta relevante contribuição, quando afirma que

[À] época de sua publicação, o texto traduzido, em toda a complexidade de vozes que o constitui, [...] se organizará inevitavelmente como uma forma singular de vida e, portanto, como uma forma particular de inscrição em seu tempo. Mas a não ser em casos muito particulares, em que o próprio projeto de tradução já se funda numa ideia forte de tensionamento de alguma dimensão do que lhe é então contemporâneo, de resto, grande parte das traduções serão lidas e percebidas, por seus leitores, num certo regime de indistinção – como se o texto traduzido nos falasse como um conterrâneo, sem sotaque. (CARDOZO 2018: 21)

Não obstante não estar se referindo ao debate sobre Berman, retradução e ética – tampouco a seus desdobramentos diretos –, parece-nos instigante relacionar “forma particular de inscrição em seu tempo”, “projeto de tradução” e “tensionamento de alguma dimensão do que lhe é contemporâneo” com formulações de Lawrence Venuti, o qual fala, respectivamente, em “projetos de tradução”; em “desafiar sua [do francês *québécois*] subordinação

a duas línguas dominantes” [o inglês norte-americano e o francês parisiense, no caso do movimento nacionalista-emancipatório pós-1968 em relação a peças “canônicas” de Shakespeare, Strindberg, Tchecov e Brecht, até então ali disponíveis em traduções produzidas num francês parisiense] (VENUTI 2004: 101); e na afirmação de que a interpretação que um tradutor inscreve através de uma estratégia discursiva carrega significado histórico, na medida em que “pode espelhar ou revisar valores que prevalecem em momentos particulares na cultura tradutora”.²³

Não nos esqueçamos de que Venuti, um dos divulgadores da tradutologia de Berman nos EUA e defensor da des-invisibilização do tradutor, aproxima-se do francês na defesa de uma tradução *ética*.

Prossegue Cardozo:

Mas somos levados adiante pelo rio heraclitiano, e a passagem do tempo – na forma das transformações da língua, da transformação dos panoramas críticos e estéticos, da transformação dos modos de leitura e de tradução, da transformação de nós mesmos etc. – acabará se manifestando como uma espécie de distanciamento nosso em relação ao texto traduzido, como se, aos poucos, fôssemos deixando de ser contemporâneos, como se não nos reconhecêssemos mais como conterrâneos [...] como se agora flagrássemos nele algo como um *sotaque* - que não nos é mais indiferente justamente porque agora também perceberemos, nessa forma de vida, uma voz à parte. (CARDOZO 2018: 21-22)

Parece possível confrontar tais ideias com a teoria desenvolvida por Berman, onde à “transformação de nós mesmos” [pela tradução] corresponderia a prova/experiência do Estrangeiro/Outro em busca da restituição da Letra viva da fonte. E a esta altura caberia, portanto, adicionar o debate em torno da retradução – culminação da “grande” tradução, somente possível mediante o abandono de práticas etnocêntricas.

Já Victor Amaral (2018) propõe rediscutir o fenômeno da retradução para além da “tradicional” limitação a uma única língua ou cultura alvo. Tal estreitamento de perspectiva, bem como o tratamento da retradução mais como processo e produto que como conceito seriam, em seu entender, efeitos

²³ “it may mirror or revise values that prevail at particular moments in the translating culture.”

negativos da manutenção “cerrada no bilinguismo” de um “fenômeno potencialmente poliglota”.

Amaral busca apoio em Antoine Berman – não no ensaio de 1990, mas anos antes, em passagens de *Pour une critique des traductions*, que previam se dar a tradução não apenas no espaço da língua/cultura receptor, mas também no de outras línguas/culturas (BERMAN 1984: 84). Desse modo, ainda que sem nomear a “tradução ética” ambicionada pelo francês, Amaral parece potencializar o Outro a ser acolhido, dessa vez tendo em vista a multiplicidade das (re)traduções, de várias línguas/culturas enriquecedoras da retradução.

Vimos, portanto, que o debate aberto e ainda nos anos mais recentes desenvolvido acerca do fenômeno da retradução a partir das reflexões de Antoine Berman permite a verificação de como se comporta a leitura e o questionamento (ou não) da noção de “ética” pelo tradutor e teórico francês por seus estudiosos de variados objetos de estudo e perspectivas teóricas. O mesmo valeria para outras noções por ele empregadas, como as de tradução “poética” e “pensante”, que completam a tríade da “visada” bermaniana, ainda hoje, três décadas após “La retraduction comme espace de la traduction” e *La traduction et la lettre...*, certamente merecedora de mais e variada investigação.

Referências bibliográficas

- AMARAL, V. A. Broadening the notion of retranslation. In: *Cadernos de Tradução*, v. 39, n. 1, Florianópolis, 2018. p. 239-259.
- BERMAN, A. *L'épreuve de l'étranger. Culture et traduction dans l'Allemagne romantique: Herder, Goethe, Schlegel, Novalis, Humboldt, Schleiermacher, Hölderlin*. Gallimard, Paris, 1984. Edição brasileira: *A prova do estrangeiro*. Trad. Maria E. P. Chanut. Bauru: Edusc, 2002.
- _____. La retraduction comme espace de la traduction. In: *Palimpsestes*, n. 4, 1990. p. 1-6. Há tradução brasileira, "A retradução como espaço da tradução", por Clarissa P. Marini e Marie-Hélène C. Torres. In: *Cadernos de Tradução*, v. 37, n. 2. 2017.
- _____. *La traduction et la lettre ou L'auberge du lointain*. 1991. Edição brasileira: *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. Trad. M.-H. C. Torres, M. Furlan, A. Guerini. Tubarão: Copiart; Florianópolis: UFSC, 2013.
- _____. *Pour une critique des traductions: John Donne*. Paris: Gallimard, 1994.
- BRISSET, A. Retraduire ou le corps changeant de la connaissance - Sur l'historicité de la traduction. In: *Palimpsestes*, 15, 2004. p. 39-67.
- BROWNLIE, S. Narrative Theory and Retranslation Theory. In: *Across Languages and Cultures 7 (2)*, Budapest, 2006. p. 145-170.
- CARDOZO, M. M. Vida e envelhecimento da obra literária e da obra literária em tradução. In: *Revista da Anpoll*, v. 1, n° 44, Florianópolis, jan./abr. 2018. p. 14-24.
- COLLOMBAT, I. Le XXIe siècle: L'âge de la retraduction. In: *Translation Studies in the New Millennium*, vol. 2, 2004. pp. 1-15.
- CHESTERMAN, A. A causal model for Translation Studies. [2000] In: *Reflections on Translation Theory – Selected papers 1993-2014*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 2017. p. 123-135.
- _____. Beyond the Particular. [2004] In: *Reflections on Translation Theory – Selected papers 1993-2014*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 2017. p. 253-267.
- DESMIDT, I. (Re)translation revisited. In: *Translation Studies in the New Millennium – An International Journal of Translation and Interpreting*, vol. 2, Ankara/Bilkent, 2009. p. 669-683.
- GAMBIER, Y. La retraduction, retour et détour. In: *Meta: journal des traducteurs*, vol. 39, 1994. p. 413-417.
- _____. La retraduction: Ambigüités et défis. In: MONTI, E. e SCHNYDER, P. (Org.) *Autour de la retraduction*. Paris: Orizon, 2011. p. 49-66.

- GODARD, B. L'éthique du traduire: Antoine Berman et la virage éthique en traduction. In: *Traduction, Terminologie, Rédaction*, 14 (2). Québec/Laval, 2003. p. 49-82.
- GUILBERT, L. et al. (Org.). *Grand Larousse de la Langue Française*. 7 vols. Paris: Larousse, 1989.
- HÖFFE, O. *Ethik – Eine Einführung*. München: C.H. Beck, 2013.
- LADMIRAL, J. Nous autres traductions, nous savont maintenant que nous sommes mortelles. In: MONTI, E. e SCHNYDER, P. (Org.) *Autour de la retraduction*. Paris: Orizon, 2011. p. 29-48.
- OLIVEIRA, P. Tradução & ética. In: AMORIM, Lauro; RODRIGUES, Cristina C.; STUPIELLO, Érika N. de A. (Orgs.) *Tradução & Perspectivas teóricas e práticas*. São Paulo: Editora UNESP Digital, 2015. p. 71-97.
- PETRY, S. A retradução e o princípio da abundância. In: *Tradução em Revista*, vol. 19, n. 2, Rio de Janeiro, 2015. p. 166-180.
- TOURY, G. Being a norm-governated activity. In: *Descriptive Translation Studies - and beyond*, cap. 3. 2^a. Ed. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2012. p. 61-77.
- TYMOCZKO, M. *Enlarging translation, empowering translators*. London/New York: Routledge, 2010.
- VENUTI, L. Retranslations – The creation of value [2004]. In: *Translation changes everything*. London/New York, 2013. p. 96-108.